

Advogadas trans aliam profissão e ativismo na luta por seus direitos básicos

Tanto na advocacia particular quanto em entidades da sociedade civil, profissionais atuam na defesa dos direitos da população LGBTI

[\(Folha de S.Paulo | 16/12/2020 | Por Renata Galf\)](#)

Sem legislações federais que garantam direitos básicos à população LGBTI, boa parte das recentes conquistas —como a possibilidade de alterar o nome da certidão de nascimento diretamente no cartório ou o enquadramento da LGBTfobia como crime de racismo— vieram pelo caminho do Judiciário.

Na linha de frente dessas disputas jurídicas, alguns dos atores envolvidos são advogadas e advogados trans que usam o direito como mecanismo contra as injustiças a que pessoas LGBTI estão submetidas.

Ainda não há um mapeamento da advocacia trans no Brasil. Desde 2017, advogadas e advogados passaram a poder utilizar o nome social em suas carteiras da OAB. Com isso, mesmo sem alterar a certidão de nascimento, passou a ser possível advogar utilizando-se o nome correspondente ao gênero com o qual a pessoa se identifica.

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

FGV lança protocolo para

atendimento policial em casos de LGBTQFobia

Segundo protocolo, é fundamental promover um atendimento humanizado, considerando a palavra da vítima e sem julgamentos

[\(Folha de Pernambuco via Folhapress | 03/12/2020\)](#)

Um protocolo com objetivo de orientar as polícias para atuação em casos de homotransfobia será lançado nesta quinta-feira (3). As diretrizes vão desde a abordagem até o registro de ocorrências e o acolhimento das vítimas. No país, só o Distrito Federal tem um regulamento do tipo.

O documento foi elaborado pela Clínica de Políticas de Diversidade da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Direito de São Paulo, em parceria com a Renosp-LGBT (policiais LGBTQs), a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) e a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

“Resposta ao patriarcado”: lésbicas, elas serão vereadoras e fazem história

“No Brasil todo foram 13 lésbicas eleitas, não só em capitais, mas em outras cidades. Aqui em Florianópolis, ter sido a primeira mulher lésbica eleita, e estar entre 5 mulheres numa Câmara, numa cidade em que até então, em

2019, tinham passado pela Câmara apenas 13 mulheres, já é um fato histórico”, analisa Carla Ayres.

[\(Morango/Universa/UOL | 19/11/2020 | Por Ana Angélica Martins Marques, colunista do UOL\)](#)

Carla é Carla Ayres, graduada em Ciências Sociais, com mestrado em Ciências Políticas e doutorado em Sociologia Política, e também a primeira mulher assumidamente lésbica a conquistar o cargo de vereadora (PT) em Florianópolis, capital catarinense.

Para Carla Ayres, a representatividade em espaços de poder impacta diretamente a vida da população LGBTQIA+.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

Registrar os filhos em cartório ainda é desafio para mulheres lésbicas no Brasil

No País, há pelo menos 32 mil famílias homoafetivas formadas por duas mães, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE.

[\(HuffPost | 25/10/2020 | Por Andréa Martinelli\)](#)

Para uma família composta por um homem e uma mulher, registrar os filhos em cartório é apenas um procedimento burocrático e quase imediato, realizado na saída da maternidade. Mas a garantia de obter este documento está longe de ser uma facilidade para grande parte das famílias compostas tanto por [mulheres trans](#) e [mulheres lésbicas](#) no Brasil.

Ágata Vieira Mostardeiro, 27, educadora social, precisou enfrentar

preconceitos e o sistema de justiça para garantir que seu nome aparecesse na certidão do filho, como mãe biológica dele. Já o casal **Roberta e Jéssica**, enfrenta um entrave judicial para que o filho, Augusto, de 6 meses, concebido em uma **inseminação caseira**, tenha o nome das duas mães nos documentos.

No Brasil, até o momento, não há leis específicas para regular o registro de filhos de casais homoafetivos, e sim decisões separadas da Justiça e regulações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o que ainda geram confusão tanto por parte de quem deseja registrar, tanto quem aplica a burocracia.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

2020 terá recorde em assassinatos de trans, diz presidente de associação

[\(Universa | 22/10/2020 | Por Camila Brandalise\)](#)

Em 2020, a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que divulga boletins bimestrais com os números de assassinatos dessa população, já mostra, no quarto e mais recente levantamento divulgado, um recorde no período computado até agora, de 1º de janeiro a 31 de agosto. Desde 2017, quando os boletins começaram a ser divulgados, o ano atual já teve o maior número de mortes para os primeiros oito meses do ano: foram 129 pessoas —todas elas expressavam o gênero feminino. Em 2019, no mesmo intervalo de tempo, haviam sido 76. Um aumento de 170%. Dados do Observatório Trans — ONG que faz mapeamentos sobre essa população e divulga os dados em parceria com a Antra — referentes a setembro e outubro mostram que, até agora, já foram mais 15.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

O que provocou um recorde de pré-candidaturas de pessoas LGBT nestas eleições de 2020

Levantamento da Aliança Nacional LGBTI+ aponta 497 pré-candidatos ligados à causa LGBT, um aumento de 32% em relação às últimas eleições municipais, em 2016

[\(HuffPost | 05/08/2020 | Andréa Martinelli\)](#)

Em 2016, ano das últimas eleições municipais, o Brasil teve 377 candidatos ligados à causa LGBT concorrendo ao pleito; destes, 26 foram eleitos. De lá para cá, nomes como Erica Malunguinho, Erika Hilton, Fabiano Contarato, Eliseu Neto, Davi Miranda e Robeyoncé ocuparam cargos de poder de assembleias legislativas municipais até o Congresso Nacional.

Em 2020, mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, as eleições municipais devem registrar um recorde no número de candidatos que se declaram como gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais; além de registrar aumento entre candidaturas de aliados.

Levantamento da ONG Aliança Nacional LGBTI+ aponta a existência de 497 candidaturas ligadas à causa LGBT até o dia 30 de julho: 456 pré-candidatos que se declaram LGBTs e mais 41 que dizem apoiar os direitos dessa população. Os números foram obtidos com exclusividade pelo HuffPost Brasil.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Eleições de 2020 terão recorde de candidaturas LGBT, apontam entidades

Perfil no Instagram e no Facebook reúne relatos de brasileiras que vivem fora do país: são histórias de assédio, abuso, discriminação no trabalho e até agressão física sofridas por elas

[\(Uol | 22/07/2020 | Felipe Amorim\)](#)

As eleições municipais deste ano devem registrar um recorde no número de candidatos que se declaram gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais, segundo estimam associações de defesa dos direitos da população LGBT. Levantamento da Aliança Nacional LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) aponta a existência até o momento de 411 pré-candidatos assumidamente LGBT, além de outros 24 pré-candidatos que declararam apoiar os direitos dessa população.

Os números foram compilados por meio de declaração dos próprios pré-candidatos, que preencheram um formulário no site da associação, e por meio de pesquisas junto aos partidos. Em 2016, ano das últimas eleições municipais, eram 215 os candidatos LGBT que concorreram nas urnas. Em 2012 foram 173, e em 2008, 81 candidatos. As estatísticas são da Aliança LGBTI+ e da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), que compilou os dados em eleições anteriores.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

“Nós, pessoas com deficiência, temos mais dificuldade para sair do armário. Somos tratados de maneira pior”

Numa sociedade que tende a infantilizar essa população, para muitos é impossível aceitar sua homossexualidade sem apoio da família

[\(El País | 04/07/2020 | Por Virginia López Enano\)](#)

Alejandra (nome fictício) [gosta de roupas masculinas](#), mas precisa de ajuda para ir a uma loja. Se a família não gostar da peça de roupa que ela escolheu, não a compra. Tem cerca de 40 anos e quer tingir o cabelo. Tampouco pode. Seu corpo não lhe responde e seus desejos se extinguem se, ao verbalizá-los, seus pais se recusam a cumpri-los. O que jamais confessou a eles é que tem atração por garotas. Ela mesma mal sabe o que isso significa. O armário de Alejandra tem um fundo duplo, em um deles guarda sua [homossexualidade](#). No outro, sua [deficiência intelectual](#).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Pessoas trans e LGBTQ+ negras e indígenas estão mais expostas ao

impacto da covid-19, aponta pesquisa

Diagnóstico do coletivo Vote LGBTQ+ leva em consideração trabalho e renda, saúde e exposição ao vírus dessa população para criar um índice de vulnerabilidade; 98,7% das pessoas LGBTQ+s entrevistadas avaliam como ruim ou péssimo o governo Bolsonaro

[\(Gênero e Número | 29/06/2020 | Por Vitória Régia da Silva\)](#)

[...] Pessoas LGBTQ+s negras estão em uma situação de vulnerabilidade grave durante a pandemia causada pela covid-19, revela a pesquisa diagnóstico [LGBTQ+ na pandemia](#) do coletivo Vote LGBTQ+, que trata dos desafios dessa comunidade no contexto de isolamento social. Realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio, por meio de formulário online, a pesquisa recebeu mais de 9.000 respostas das cinco regiões do país.

Divulgado neste domingo, 28/6, data marcada pelo Dia do Orgulho LGBTQ+, o estudo aponta um índice inédito de vulnerabilidade LGBTQ+ em relação à covid-19 e revela que pessoas transgênero são as mais vulneráveis aos impactos do isolamento social, seguidas pelas pessoas pretas, pardas e indígenas. Os bissexuais aparecem em terceiro. Todos esses grupos estão na faixa de vulnerabilidade considerada grave.

[Acesse a reportagem completa no site de origem.](#)

Pesquisa mostra aumento da violência contra pessoas trans

no Brasil

No primeiro semestre de 2020, 89 pessoas trans foram assassinadas

[\(Agência Brasil | 28/06/2020 | Por Letycia Bond\)](#)

No primeiro semestre deste ano, 89 pessoas transgênero foram assassinadas no Brasil, quantidade que supera em 39% a registrada no mesmo período de 2019, [de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(Antra\)](#). Para a entidade, os números escancaram como a omissão de autoridades governamentais tem contribuído para que estejam no centro de um contexto amplo de vulnerabilidade, que inclui agora efeitos da pandemia de covid-19. “Os dados não refletem exatamente a realidade da violência transfóbica em nosso país, uma vez que nossa metodologia de trabalho possui limitações de capturar apenas aquilo que de alguma maneira se torna visível. É provável que os números reais sejam bem superiores. Mesmo com essas limitações, os dados já demonstram que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculines e demais pessoas trans. O que reforça a importância do nosso trabalho de monitoramento, incidência política e denúncias a órgãos internacionais”, escreve a Antra, que acrescenta que, em tentativa de suprir uma lacuna deixada pelo Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em junho de 2019, tratar os casos de transfobia [com base na Lei nº 7.716/1989](#), na qual são tipificados os crimes de preconceito contra raça e cor.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)